

PARAGUAI

Empresários de MS terão guia de investimento na fronteira

País vizinho é apontado como caminho para aumentar competitividade de indústrias

RENATA PRANDINI

Com carga tributária reduzida, energia elétrica mais barata e flexibilidade das leis trabalhistas, o Paraguai tem sido apontado como salvação para a indústria em tempos de crise econômica nacional e, consequentemente, atraído o interesse de empresários sul-mato-grossenses. De acordo com Fernanda Barbeto, gerente do Centro Internacional de Negócios, da Federação da Indústria de Mato Grosso do Sul (Fiems), somente no ano passado, mais de 50 empresas procuraram a federação em busca de informações sobre o país vizinho. “Não temos como saber quantas de fato se instalaram, mas o que sabemos é que ainda há receio por parte de alguns empresários em saber se, de fato, esses benefícios existem”, destacou.

Pensando nesse interesse crescente, a Fiems vai lançar, na terça-feira (21), um guia com um raio X sobre as regiões de fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. O projeto “Indústria sem Fronteiras” foi apresentado ontem a prefeitos de cidades fronteiriças do Estado e intendentes de municípios do Paraguai. O evento foi realizado na sede da Fiems, em Campo Grande, e contou também com a participação de quatro governadores de departamentos do país vizinho.

O objetivo, explicou Fer-

nanda, é levar um pouco mais de informações para os empresários sobre os benefícios de se instalarem no Paraguai, mas não somente migrando para lá, mantendo seu investimento no Estado e se tornando mais competitivo no mercado nacional. O projeto visa também alavancar o programa Fomentar Fronteiras, criado em 2014 pelo governo do Estado para aquecer a atividade econômica nos municípios da faixa de fronteira.

O guia reúne dados como política de incentivo fiscal do município brasileiro, número de habitantes dos municípios (brasileiro e paraguaio), logística, infraestrutura e até mesmo dados práticos, como galpões destinados para locação. “Queremos que ela [empresa] tenha dados suficientes para escolher qual melhor região de fronteira para que desenvolva o seu negócio. Com isso, parte da produção migra para o Paraguai, onde tem a Lei Maquila, que permite tributo único de 1%, energia elétrica mais barata, flexibilidade de leis trabalhistas, mas se mantém em Mato Grosso do Sul, com parte do processo produtivo dentro do Estado”, destacou.

O encontro também serviu para que prefeitos dos dois países discutissem a infraestrutura necessária para receber empresários na fronteira. Temas desde a logística até o itinerário do transporte público podem influenciar na aná-



FIEMS COMUNICAÇÃO

ENCONTRO. Prefeitos de municípios fronteiriços tiveram, ontem, detalhamento sobre o projeto

lise de um empresário, segundo a Fiems. Hoje, muitas indústrias nacionais procuram regiões como Assunção, por exemplo, onde o desenvolvimento é maior.

No encontro, o prefeito de Ponta Porã, Helio Peluffo, pediu para que a Fiems inserisse no guia os dados sobre a criminalidade. “Se olharem os dados, verão que há cidades mais violentes que as de fronteira”.

PEDRO JUAN

Neste quesito, a fronteira de Ponta Porã está dando um passo à frente. No primeiro dia deste mês, a cidade fronteiriça de Pedro Juan Caballe-

to César de Souza Moraes. O parque industrial, explicou Pedro Ivo de Mauro Brito, será gerenciado pela empresa paraguaia Oroite Empreendimentos. “A ideia é dar todo o suporte para a empresa interessada em investir em Pedro Juan. Esse suporte começará antes mesmo da instalação, com ajuda para saber se o projeto é viável. Depois, ela terá toda a infraestrutura necessária”.

O distrito industrial também foi inaugurado neste mês, com o início das obras de terraplanagem da nova planta da Preformax, do ramo de embalagens. A empresa chegou a Pedro Juan Cabal-

to César de Souza Moraes. O parque industrial, explicou Pedro Ivo de Mauro Brito, será gerenciado pela empresa paraguaia Oroite Empreendimentos. “A ideia é dar todo o suporte para a empresa interessada em investir em Pedro Juan. Esse suporte começará antes mesmo da instalação, com ajuda para saber se o projeto é viável. Depois, ela terá toda a infraestrutura necessária”.

to César de Souza Moraes.

O parque industrial, explicou Pedro Ivo de Mauro Brito, será gerenciado pela empresa paraguaia Oroite Empreendimentos. “A ideia é dar todo o suporte para a empresa interessada em investir em Pedro Juan. Esse suporte começará antes mesmo da instalação, com ajuda para saber se o projeto é viável. Depois, ela terá toda a infraestrutura necessária”.

O distrito industrial também foi inaugurado neste mês, com o início das obras de terraplanagem da nova planta da Preformax, do ramo de embalagens. A empresa chegou a Pedro Juan Cabal-

1%

É O ÍNDICE de tributo pago sobre valor agregado nas exportações das empresas inseridas na Lei de Maquila. Entre outros pontos, ela prevê que quem produzir no Paraguai deve exportar 90%, só 10% podem ser vendidos no país

lero em 2013, atraída pela Lei Maquila, e agora quer expandir seus negócios. Sozinha, vai investir cerca de R\$ 30 milhões na construção de indústria própria em solo paraguaio, explicou Brito. Ponta Porã também se beneficia, já que os centros de distribuição ficam do lado de cá da fronteira.

Aos prefeitos presentes no evento, o governador do Departamento de Amambay, Pedro González, destacou a parceria entre os dois países na fronteira. De acordo com ele, o choque cultural é menor, uma vez que o empresário brasileiro pode continuar vivendo em seu país de origem e manter uma indústria no Paraguai.

EMPREENDEIMENTOS

Segundo Brito, somente nesta primeira etapa, o distrito industrial ofertará uma área de 596 mil metros quadrados, distribuídos em lotes que variam de 2,5 mil a 5,9 mil metros quadrados. As vendas dos lotes serão iniciadas em julho, e as obras de infraestrutura, iniciadas em outubro. Porém, antes mesmo desse prazo, duas empresas, incluindo a Preformax, já adquiriram áreas para iniciar a instalação. A outra é uma de reciclagem.

ICMS DO GÁS DO ESTADO

Temer cobra empenho da Petrobras

PAULA VITORINO

O presidente Michel Temer pediu ao titular da Petrobras, Pedro Parente, empenho para atender às demandas de Mato Grosso do Sul em relação ao ressarcimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do gás boliviano importado pela Petrobras. Para o governador Reinaldo Azambuja, o apoio da Presidência é favorável para o Estado e o parecer da estatal deve ser positivo.

“O interesse pessoal do presidente por uma solução que minimize o impacto negativo na receita do Estado, com a redução do bombeamento do gás pela Petrobras, fortalece a nossa posição diante da medida unilateral da estatal”, avaliou Azambuja, após encontro casual com Temer, durante agenda em Brasília com o mi-



MARCOS CORRÊA/PR

BRASÍLIA. Governador de MS obteve apoio de Temer pelo ICMS

nistro Antônio Imbassahy, da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Temer fez o pedido de “atenção especial” a Parente por telefone, após relato do governador sobre a posição da estatal feita em reunião na sexta-feira (10). Na ocasião, Pedro Parente reconheceu o impacto da redução da im-

portação de gás às finanças do Estado e prometeu um posicionamento da Petrobras para esta semana.

No encontro com o presidente da estatal, acompanhado da bancada federal, Reinaldo Azambuja relatou o desequilíbrio financeiro causado pela empresa aos cofres do Estado com a decisão de

reduzir as importações do gás boliviano, gerando um prejuízo acumulado de R\$ 939 milhões desde 2015 na arrecadação de ICMS.

RATEIO DO ICMS

Em resposta a uma manchete do **Correio do Estado** nesta semana, que mostra que as prefeituras comandadas pelo PSDB foram maioria entre as cidades que tiveram aumento no rateio do ICMS do Estado, Azambuja garantiu que “não há favorecimento político”. O governador ainda declarou que a “a secretaria está aberta para toda a sociedade verificar os critérios de distribuição do ICMS, que são totalmente técnicos”. O tucano também destacou que o cálculo é acompanhado por comissão que tem, entre os integrantes, três prefeitos de municípios do Estado.

FEVEREIRO

Comércio da Capital tem aumento nas vendas

Fevereiro encerrou com aumento nas vendas em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com a pesquisa do Movimento do Comércio Varejista (MCV) realizada pela Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG). O índice foi de 83 pontos, cinco acima do registrado em fevereiro de 2016. Contudo, o desempenho é inferior se comparado a janeiro deste ano.

É o quarto mês consecutivo que o desempenho registrado é melhor em comparação com o mesmo período do ano passado, o que sinaliza melhora nas vendas para o comércio em 2017. “Janeiro e fevereiro tradicionalmente apresentam quedas no desempenho do comércio varejista, mas pode-se verificar que, nos dois meses deste ano, os resultados foram me-

lhores do que em 2016. Do ponto de vista econômico, portanto, quer no cenário nacional, quer no local, os indicadores são de recomposição”, complementa o economista-chefe da ACICG, Normann Kallmus.

O índice é apurado a partir da evolução dos dados do setor, englobando as transações entre empresas, consumidores e comércio. Considerando a sazonalidade, o MCV foi desenvolvido com base fixa definida pela média do desempenho do ano de 2014. O índice é composto de dois outros subíndices que ajudam a avaliar sua evolução: o MCV-PF, que analisa as transações entre pessoas físicas e empresas do setor terciário, e o MCV-PJ, que avalia as transações entre as empresas. **(PV)**

INDICADORES

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 14 de março de 2017

UNIDADES FISCAIS

Em R\$	
UFERMS (Jan/Fev)	24,43
UAM/MS (Fev)	3,5719
UFIR (Out/00)	1,0641

INFLAÇÃO

Em % ao mês. IGP2, IGP1, IPA1, IPC 1, respectivamente					
ÍNDICES	NOV	DEZ	JAN	FEV	12M.
IPCA do IBGE (%)	0,18	0,30	0,38	0,33	9,32
INCC/IBGE (%)	0,07	0,14	0,42	0,24	9,82
IGPM-FGV (%)	-0,03	0,54	0,64	0,08	12,21
IGPD-FGV (%)	0,05	0,83	0,43	0,06	11,26
IPC/FIPE (%)	0,15	0,72	0,32	-0,08	9,98
IPC (C.GDE) (%)	0,20	0,39	-	-	6,82

POUPANÇA

ANTIGA POUPANÇA	NOVA POUPANÇA
(Dep. feitos até 03/05/2012)	(Dep. feitos a partir de 04/05/12)
15/3 = 0,5000	15/3 = 0,5000

CÂMBIO

Em R\$		
Moeda	Compra	Venda
DÓLAR COMERCIAL	3,172	3,174
DÓLAR TURISMO (BB)	3,100	3,300
DÓLAR PARALELO	3,1633	3,1639

SALÁRIO MÍNIMO

Janeiro/2017 R\$ 937

ALUGUEL

Acumulado % até julho(*)	até agosto(*)
Índices Trim. Quad. Sem. Anual. Trim. Quad. Sem. Anual	
FIPE	0,45 0,99 2,27 5,38 0,54 0,79 2,08 5,49
IGP-DI	-1,63 -1,19 1,13 5,05 -1,12 -1,57 0,34 4,63
IGP-M	-1,48 -0,70 1,34 5,32 -1,61 -1,74 0,68 4,89
INPC	0,99 1,78 3,27 6,33 0,57 1,17 2,80 6,35

*Acumulado até julho reajusta aluguéis e contratos a partir de agosto, para pagamento em setembro; acumulado até agosto reajusta a partir de setembro, para pagamento em outubro.

INSS

Contribuição à Previdência Social

Janeiro/2017

Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de Fevereiro de 2017.	
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.659,38	8
De 1.659,39 até 2.765,66	9
De 2.765,67 até 5.531,31	11

Portaria interministerial MPS/MF nº 8, de 13 de janeiro de 2017

Tabela de contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativo.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
937,00	5*
937,00	11**
880,00 até 5.189,82	20

* Alíquota exclusiva do microempreendedor individual e do segurado (o) facultativo ou que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência – Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011 - DOU de 01/09/2011
** Plano simplificado – Lei complementar 123, de 14/12/2006.

AGROPECUÁRIO

Fechamento: 14 de março de 2017

Grãos	Compra	Venda
Milho (60 kg)	24,00	25,00
Soja (60 kg)	57,00	59,00
Algodão (arroba)	27,00	27,00

Bovinos	Mínimo	Máximo
Arroba à vista		
Boi Gordo	s/inf	s/inf
Boi Gordo Rastreado	135,00	135,00
Vaca Gorda	s/inf	s/inf
Vaca Gorda Rastreada	125,00	125,00